

Plano de comunicação do Observatório do Plano Diretor de Uberlândia: exercício da cidadania e projeto de revisão¹

Leíse Alves PEREIRA²

Christiane PITANGA³

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG

Resumo

Este artigo apresenta um relato de experiência sobre a criação e desenvolvimento do plano de comunicação do Observatório do Plano Diretor (OPD) de Uberlândia que, no ano de 2022, buscou meios para promover debates, estudos e produção de conteúdos para acompanhar os trabalhos e envolver a comunidade na revisão do Plano Diretor. O plano de comunicação do OPD teve como objetivo mostrar a importância do Plano Diretor e sua revisão e, paralelo a isso, promover a mobilização social para a participação em sua elaboração. Desse modo, foram criados conteúdos para as redes sociais, em específico o Instagram e o Youtube, sobre Plano Diretor e como as diretrizes nele presentes criam bases para uma cidade inclusiva, equilibrada e sustentável. Mesmo com a atuação do OPD, a prefeitura de Uberlândia não prosseguiu com a revisão do Plano Diretor, que segue desatualizado desde 2006.

Palavras-chave

Cidadania; Plano Diretor; Plano de comunicação; Participação popular; Uberlândia

Plano diretor e participação popular

O plano diretor de um município é o instrumento básico de política de desenvolvimento, expansão urbana e ocupação do solo para melhoria da qualidade de vida de toda a população. As diretrizes nele presentes criam bases para uma cidade inclusiva, equilibrada e sustentável, a partir de premissas, como: configuração urbana, mobilidade, zeladoria urbana, regularização fundiária, entre outros procedimentos que norteiam o crescimento do município. Conforme o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001, que surgiu para regular os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, o plano diretor se faz obrigatório a todos os municípios com mais de 20.000 habitantes e deve ser revisado no mínimo a cada 10 anos.

¹ Trabalho apresentado no Intercom Júnior – IJ07 – Comunicação, Espaço e Cidadania, do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023, em Belo Horizonte/MG.

² Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); e-mail: leise.pereira@ufu.br

³ Orientadora do trabalho: professora do curso de Jornalismo da UFU; e-mail: pitanga@ufu.br

A obrigatoriedade da participação da sociedade civil nas elaborações dos planos diretores municipais foi regulamentada pela Constituição Federal de 1988. De Mattos (1999) sintetizou a forma de como o plano deve conter respostas para três perguntas que ele considera essenciais, sendo: “como é a cidade atual?”; “como gostaríamos que a cidade fosse no futuro?” e “o que deve ser feito para atingir a cidade desejada?”. São as respostas dessas questões que norteiam as diretrizes que constam no projeto, ou seja, reforça ainda mais a importância da participação popular nesses processos deliberativos.

Dito isso, faz-se necessária a participação dos moradores, pois são eles que entendem, de fato, a funcionalidade e demandas da sua região em prol do interesse coletivo. Por mais que existam os conselhos municipais que fazem o intermédio das políticas públicas, ainda sim, a participação na elaboração do plano diretor amplia ainda mais o papel de cidadão e o pertencimento local. A partir do momento em que as pessoas se informam, elas estão aptas a contribuir de forma direta ou indiretamente, desde que se posicionem nesses processos ou até mesmo compartilhem o conteúdo e de forma orgânica.

Buscando melhorar a realidade do qual estão inseridos, é preciso que as pessoas interessadas desenvolvam atividades em busca de uma mobilização social efetiva e ampliem a participação popular. “Reconhecemos a mobilização como ato de comunicação. A mobilização não se confunde com propaganda ou divulgação, mas exige ações de comunicação no seu sentido amplo, enquanto processos de compartilhamento de discursos, visões e informações” (TORO & WERNECK, 2004, p.14).

Outro ponto que contribui com o presente trabalho, vem do verbete do minidicionário Ruth Rocha (1995), sobre o termo democracia, seguem os significados: Governo em que o povo exerce a soberania; e/ou sociedade livre em que prepondera a influência da maioria. A palavra democracia também carrega o significado que tem origem no grego *demokratía*, composta por *demos* (que significa "povo") e *kratos* (que significa "poder" ou "forma de governo"). Ambas as definições traduzem a essência que deve existir por trás das decisões políticas desde que em conformidade com o desejo do povo. Ou seja, os interesses dos cidadãos devem guiar os processos democráticos e, assim, a participação popular se faz primordial na tomada de decisões desses processos, como, por exemplo, a discussão em torno do plano diretor.

Mesmo assim, observa-se que há uma baixa efetividade nas discussões sobre plano diretor, o que pode ser atrelado à comunicação que o envolve. Seja por meio da mídia tradicional ou até mesmo de órgãos responsáveis por um chamamento público, que, de certa forma, tende a contribuir com a visibilidade em torno do que é considerado um dos mais

importantes instrumentos de política urbana.

Portanto, desenvolver o plano de comunicação dentro do Observatório do Plano Diretor mostrou-se importante para a promoção da participação popular como ferramenta democrática. Acredita-se que a comunicação é importante para viabilizar o acesso a conteúdos informativos, reforçar debates futuros, criar meios que possibilitam compartilhamento, fóruns de discussão e, principalmente, que o cidadão aponte suas contribuições aos órgãos responsáveis pela gestão de municípios.

Observatório do Plano Diretor de Uberlândia

Em 2022, conforme a estimativa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Uberlândia apresentava 713.232 habitantes, sendo o segundo município mais populoso do estado de Minas Gerais, tornando-se destaque no cenário regional e nacional. Porém, ainda reflete fragilidades socio espaciais e ambientais, problemáticas danosas à população que inviabilizam o município comportar seus habitantes de forma igualitária e inclusiva.

O último plano diretor de Uberlândia foi aprovado em 2006 (Lei Complementar - LC n.º 432/2006), ou seja, está defasado há 17 anos. Entre 2016 e 2018, houve tentativas de atualização do plano, sendo que a última proposição legislativa, o projeto de Lei Complementar LC n.º 023/2017, continua sem aprovação e, portanto, sem implementação até hoje. Por outro lado, ainda que o plano diretor se configure como instrumento de efetivação da cidadania, pois deve ser elaborado com a participação popular, a maioria dos moradores do município desconhece a importância e necessidade do instrumento.

Diante desse cenário, em dezembro de 2021, surgiu o Observatório do Plano Diretor (OPD) de Uberlândia, um projeto de extensão ligado ao Núcleo de Estudos Urbanos (NEURB) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design (FAUeD) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Coordenado pela professora Maria Eliza Alves Guerra, docente do curso de Arquitetura e Urbanismo, o projeto previa democratizar e monitorar o processo de revisão do plano diretor de Uberlândia. O Observatório financiado pelo Ministério Público de Minas Gerais, é fruto da iniciativa voluntária de professores, estudantes dos cursos de arquitetura e geografia, ativistas, movimentos populares, entre outros grupos da sociedade, que se articularam para promover debates, estudos e produção de conteúdo sobre o plano diretor, de forma a pressionar o poder público a revisar o plano diretor.

Mas, diante do desconhecimento por parte da população sobre a revisão do plano

diretor, percebeu-se a necessidade de envolver a comunidade nas discussões sobre o plano diretor e levá-la a fazer uma análise crítica de como o crescimento e, conseqüentemente, a ocupação desordenada do município tem afetado o desenvolvimento local e regional.

A ideia da participação dos cidadãos na elaboração do plano diretor, por meio de audiências públicas e outros canais de participação, corrobora com a ideia de que seria uma oportunidade para os cidadãos conhecerem a realidade do espaço em que vivem e ajudem a reverter o quadro de desigualdade instituído, a prevenir a degradação ambiental e implantar um instrumento que visa o desenvolvimento sustentável das potencialidades da cidade. (DE MATTOS, 2009, p. 7.). Ou seja, busca-se uma participação popular crítica e, para tanto, é preciso que a comunidade se aproprie do plano diretor.

Assim, o OPD buscou implementar um plano de comunicação para reforçar aos cidadãos que eles são aptos a interferir nos processos decisórios e, principalmente, monitorar a execução de ações públicas. A comunicação, no âmbito do OPD, está relacionada a processos de articulação e mobilização social para fomentar a participação popular no planejamento urbano, a partir de processos políticos democráticos.

Comunicação do Observatório do Plano Diretor

O plano de comunicação do Observatório do Plano Diretor foi elaborado tendo como premissa a comunicação como processo de mobilização político-social e fomentadora do exercício do planejamento urbano (MACHADO, 2022). Nesse sentido, o plano de comunicação do OPD teve como objetivos: estabelecer um canal democrático para reunir informações, debates e reflexões sobre o plano diretor; fomentar as discussões a respeito do exercício do planejamento urbano; divulgar atividades do plano diretor e do OPD; e mobilizar os cidadãos para a participação da revisão do plano diretor.

O primeiro passo para elaborar o plano de comunicação foi a realização de uma pesquisa de campo em diferentes regiões da cidade, como o centro, o bairro Santa Mônica (onde situa-se um dos campi da UFU), e, principalmente, nos terminais de ônibus para alcançar uma diversidade de pessoas. As informações advindas da pesquisa, que teve uma abordagem qualitativa e utilizou como instrumento a entrevista semiestruturada, viabilizou a contextualização da comunicação do plano diretor.

Na época, o conteúdo a ser discutido no plano diretor envolvia a Lei Orgânica. Sendo assim, questionamos os entrevistados: “Você sabe o que é Lei Orgânica?”; “Sabe como ela está atrelada ao exercício da cidadania?”. A partir disso, entendemos de que maneira poderíamos iniciar essa discussão nas redes sociais, visto que, três entrevistados tinham

idade entre 20 e 40 anos e os outros dois tinham 40+. Assim, foi elaborado um carrossel com duas publicações que contextualizava o tema e como ele se relacionava com os conselhos municipais.

Além da realização das entrevistas nas ruas, também recolhemos respostas vindas de mecanismos de interação do Instagram, por exemplo: utilizamos a ferramenta “caixa de perguntas” e solicitamos o envio de sugestões de temas para serem abordados. Além de incentivar os seguidores a deixarem dúvidas ou sugestões em cada publicação. E esses dados serviram de apoio para a produção dos textos informativos num formato e linguagem mais acessível.

Com isso, observou-se que grande parte da população não tinha conhecimento sobre a Lei Complementar n.º 432 de 19 de outubro de 2006, que trata da aprovação do Plano Diretor do município de Uberlândia, e conseqüentemente, como participar efetivamente.

Paralelo à pesquisa de campo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, análise do plano diretor de transporte e mobilidade urbana de Uberlândia, que possui uma versão preliminar desde 2010. Ademais, o Diário Oficial do município e o portal de notícias da prefeitura de Uberlândia serviram para fazer um levantamento das publicações sobre o plano diretor e sobre as mudanças ocorridas nos diferentes espaços do município, como, por exemplo, o crescimento de comunidades informais em Uberlândia e a mobilidade urbana.

Para colocar o plano de comunicação em ação, criou-se um sítio eletrônico (<https://www.opd-udi.com/>) para reunir as publicações sobre o OPD, suas atividades e conteúdos sobre o planejamento urbano; e divulgar informações sobre o plano diretor (FIGURA 1).

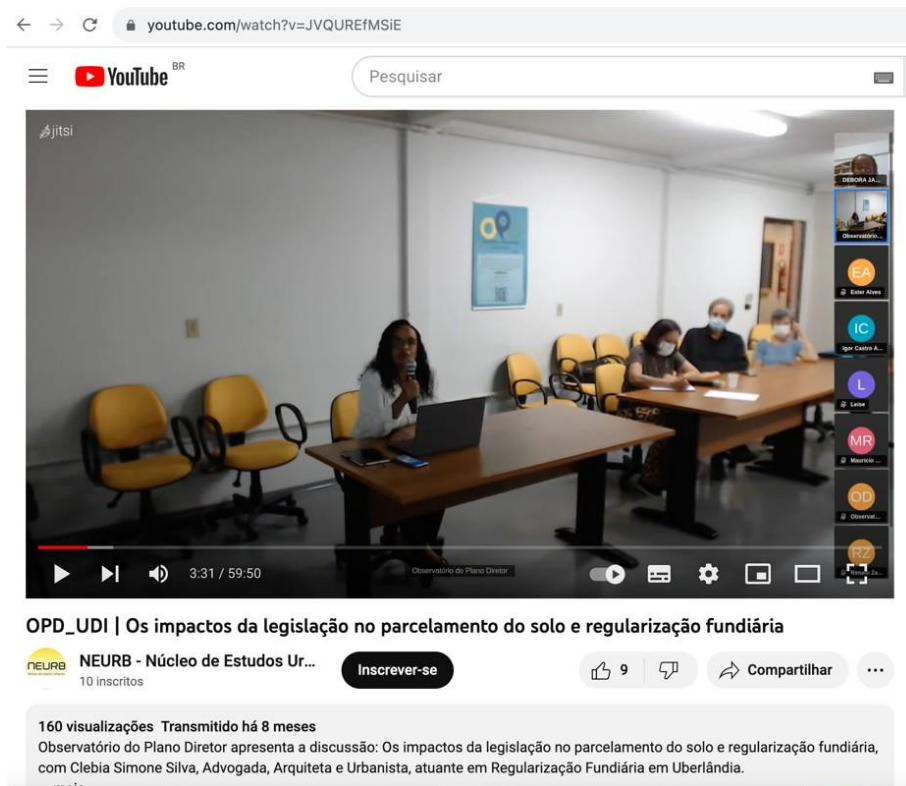
Figura 1 - Sítio eletrônico do Observatório do Plano Diretor



Fonte: elaboração própria (2023)

Também foi realizado um debate ao vivo (*live*) com a advogada Clébia Simone, atuante na área de regularização fundiária, sobre “Os impactos da legislação no parcelamento do solo e regularização fundiária”, mediado pela coordenadora Maria Eliza e transmitido pelo canal do Núcleo de Estudos Urbanos (NEURB) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da UFU (FIGURA 2), no YouTube (<https://www.youtube.com/@neurb-nucleodeestudosurban2807/streams>), onde o vídeo está armazenado. Anteriormente a palestra, era feito o convite nas redes sociais do OPD convidando a população a participar de forma presencial da palestra. Dessa forma, as pessoas poderiam comparecer a reunião e contribuir com perguntas, esclarecer dúvidas e fazer apontamentos.

Figura 2 - Transmissão ao vivo no canal do OPD no Youtube



Fonte: elaboração própria (2023)

Em alguns desses encontros, o OPD recebeu alunos de diferentes cursos da universidade, como também, pessoas que residem em Uberlândia e atuam em diferentes seguimentos, por exemplo, ligadas a Movimentos Populares, Entidades de Classe e ativistas com um objetivo em comum: promover debates, estudos e produção de conteúdo informativo a respeito do plano diretor de Uberlândia (FIGURA 3).

Figura 3 – Roda de conversa sobre os encaminhamentos da revisão do plano

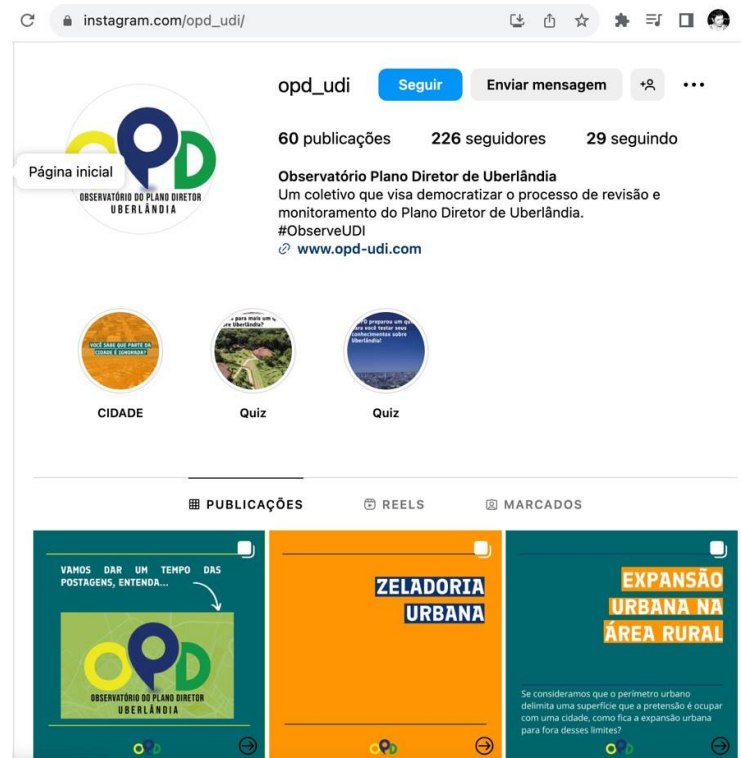


Foto: Leíse Alves

Por fim, criou-se um perfil no Instagram @OPD_UDI (https://www.instagram.com/opd_udi/) para ampliar o alcance das publicações do OPD e servir como canal direto de comunicação com a comunidade uberlandense (FIGURA 4). As publicações no Instagram consistiram em divulgar informações sobre o plano diretor e fomentar discussão sobre diferentes temas, entre eles: mulheres na cidade, regularização fundiária, direito à moradia, cidadania e outros tópicos distribuídos em 60 publicações para 226 seguidores.

O plano de comunicação também adotou estratégias para engajar com as pessoas que seguiam o perfil. Por exemplo, publicações nos *stories* em formato de *quiz* para saber se a população conhecia a história por trás de nomes de viadutos, praças, parques e espaços turísticos. Outro formato de interação a fim de atrair mais pessoas a acompanhar o perfil consistia em “mande uma foto para o OPD” nesse caso, conforme o morador observasse algum “problema” na cidade, ele iria comunicar ao OPD, o que de certa forma poderia ser útil na cobrança aos órgãos responsáveis. Além de que, se o usuário o enxergasse como agente de cobrança, iria reforçar o sentimento de pertencimento e conseqüentemente, viria a se tornar um cidadão cada vez mais participativo.

Figura 4: Perfil do Observatório do Plano Diretor no Instagram



Fonte: elaboração própria (2023)

O perfil no Instagram também possibilitou consultas educativas por meio das caixas de perguntas nos *stories* (FIGURA 5), além de ser o espaço para *lives* e veiculação de vídeos. Diante disso, foi possível convidar a sociedade para conhecer e debater o plano diretor, coletar sugestões de temas a partir das dúvidas apresentadas e promover o espaço on-line como fórum de discussão de problemáticas urbanas no contexto atual e futuro, por meio de comentários e compartilhamento das publicações.

Figura 5: Caixa de Perguntas no Instagram do Observatório do Plano Diretor



Fonte: elaboração própria (2023)

Com a divulgação nas redes sociais, temas que até então eram pouco debatidos, ganharam visibilidade em um formato mais acessível para melhor compreensão das questões que envolvem o plano diretor e, principalmente, reforçar a importância da participação popular na elaboração do plano.

No entanto, em 2022, a Prefeitura de Uberlândia não promoveu reuniões públicas para discutir, debater e trabalhar em cima da revisão do plano diretor. Assim, não foi possível continuar o trabalho do OPD e o Observatório foi encerrado. Mesmo não alcançando todas as metas, ficou o sentimento de que foram dados os primeiros passos para o engajamento e a participação da sociedade civil em debates acerca da política urbana do município.

Considerações

A proposta inicial do Observatório do Plano Diretor (OPD), constituído em 2021, era acompanhar de forma crítica e propositiva a revisão do plano diretor do município de Uberlândia, defasado há 17 anos. E em relação à mobilização da opinião pública, o OPD tinha como objetivo pressionar agentes públicos de Uberlândia para efetuar a revisão do plano diretor e fomentar a participação popular. No entanto, já no início dos trabalhos, percebeu-se o pouco conhecimento da população sobre o plano diretor e, dessa forma, sem abandonar os objetivos iniciais, os esforços do OPD voltaram-se para aumentar a divulgação sobre o plano e promover debates sobre temas que estão inseridos no dia a dia da população, mas que muitas vezes passam despercebidos.

Dessa forma, o plano de comunicação do OPD consistiu na criação de canais de comunicação assertivos, como o sítio eletrônico e o perfil no Instagram, que reuniram informações sobre o plano diretor e divulgaram as atividades do OPD. Além da criação desses meios, foram realizados debates transmitidos ao vivo pelo canal no YouTube e promovidas enquetes no Instagram para dialogar e mobilizar a comunidade de Uberlândia em torno do plano diretor.

Em 2022, o OPD encerrou as atividades antes de alcançar todas suas metas devido à falta de reuniões públicas que deveriam ser promovidas pela Prefeitura de Uberlândia para prosseguir com a revisão do plano diretor. As atividades de comunicação do Observatório, em parceria com alunos de outros institutos, sob supervisão de Guerra, foram essenciais para divulgar informações sobre o plano e as atividades que o próprio OPD desenvolvia em prol de mobilizar os cidadãos a participarem da revisão, mas que não foram suficientes para pressionar a prefeitura e os agentes públicos.

Entretanto, a iniciativa foi importante para fomentar as discussões a respeito do exercício do planejamento urbano e de certa forma alcançar novos públicos que pudessem se engajar com essas questões participativas. Sobre o perfil OPD_UDI no Instagram, o mesmo continua ativo com todas as publicações feitas durante o funcionamento do observatório. Qualquer pessoa que procure saber mais sobre o plano diretor de Uberlândia, seja por meio de uma busca simples de *hashtags* ou palavras-chaves na rede social, irá encontrar as postagens que foram feitas a fim de enriquecer o debate público e a oferta de informações assertivas de um tema tão importante para o exercício da cidadania.

Referências bibliográficas

AVRITZER, L. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. (“SciELO - Brasil - CONSCIÊNCIA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DE ...”) In: SANTOS, B. S. (Org.). Democratizar a Democracia: os Caminhos da democracia participativa. Porto: Afrontamento, 2003., disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/publicacoes/res/1/1.php>> Acesso em: 10 ago. 2023

AZEVEDO, F. Agendamento da Política. In: RUBIM, A.A.C. Comunicação e Política: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004. p. 41-71.

BOLOGNA, S.R. Título: A imprensa local e a função social da cidade – análise de notícias sobre as alterações no Plano Diretor de Desenvolvimento de Piracicaba (SP).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988., disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 04 jul. 2023.

BRASIL. Estatuto da Cidade: Lei nº. 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 04 jul 2023.

COELHO, Nízea. Revisão do Plano Diretor começa com grande participação popular. Prefeitura Municipal de Ouro Preto, Ouro Preto, 11 de março de 2020. Disponível em: <https://ouropreto.mg.gov.br/noticia/1573>. Acesso em: 04 jul. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. Censo brasileiro 2022, Cidades e Estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 08 jul 2023

DE MATTOS, Leandro Bornacki. Suporte de comunicação para mobilização social do plano diretor participativo de virgem da lapa. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/expocom/EX14-0664-1.pdf> Acesso em: 02 ago 2023

MACHADO, Isabelle Nascimento. Planejamento e comunicação: estudo do processo de revisão do Plano Diretor de Ouro Preto. (“Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso ... - UFOP”) / Isabelle Nascimento Machado. - 2022.

ROCHA, Ruth. Minidicionário Enciclopédico Escolar Ruth Rocha. Editora Scipione. São Paulo: 1995.

ROSENFELD, Denis L. O que é democracia. São Paulo: Braziliense, 1994.

TORO, José Bernardo, WERNECK, Nísia M. Duarte. Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

UBERLÂNDIA. Lei Complementar n. 432 de 19 de Outubro de 2006. Aprova o Plano Diretor do município de Uberlândia, estabelece os princípios básicos e as diretrizes para sua implantação, revoga a lei complementar nº 078 de 27 de abril de 1994 e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-uberlandia-mg>. Acesso em: 04 jul 2023.